

**A real dimensão da crise nepalesa:
um pequeno Estado entre dois gigantes**

Ricardo dos Santos Poletto

Em determinada agência de notícias, estava estampada a seguinte manchete: *Nepal Crisis – Who Cares?* O Nepal é um dos países mais pobres e isolados do mundo. Sua população de 24 milhões de habitantes, sendo que metade se encontra abaixo da linha de pobreza, convive já há uma década com os efeitos da insurgência maoísta, contabilizando mais de 11.000 vítimas mortais. Como resultado indesejado, os últimos cinco anos de guerra civil, em virtude dos abusos na área de direitos humanos e de seu retrocesso democrático, o Nepal teve sua reputação internacional sumariamente rebaixada. Com efeito, à primeira vista, o desmantelamento institucional de um Estado que poucos sabem localizar no mapa parece não merecer maiores atenções dos analistas em busca de temas em evidência na agenda internacional. Isso se deve não só à pequenez física e à irrelevância política daquele Estado asiático, mas também à absoluta falta de informação sobre os elementos envolvidos na querela que se arrasta por mais de dez anos no país.

A escalada de violência no Nepal, que coloca em lados distintos uma monarquia com crescente caráter autoritário e os rebeldes defensores da formação de uma República Popular, na verdade, coloca em cena uma multiplicidade de atores diretos e indiretos. Os episódios da instabilidade do regime, por sua vez, adquirem contornos de dramaticidade, como o massacre da família real em 2001 cometido pelo próprio príncipe herdeiro que, alcoolizado, assassinou vários familiares membros da família real, inclusive seu pai, o rei Birendra. O Nepal havia anunciado, poucos meses antes, um armistício com o grupo maoísta, que logo teve término. Foi nessas circunstâncias que Gyanendra foi coroado rei do Nepal, tendo agido desde então no sentido de concentrar poderes na monarquia, em detrimento do regime parlamentarista previsto na constituição de 1991.

A conjuntura que se forma em torno do Nepal envolve não somente forças como a União Européia, os Estados Unidos e as Nações Unidas, mas também possui correlações com entes muito peculiares: o movimento maoísta peruano Sendero Luminoso, a organização ambiental *World Wide Fund for Nature* (WWF) e o *Pakistan's Inter-Services of Intelligence* (ISI). Não há como negar que estamos diante de um cenário, no mínimo, extravagante. Para completar, as peças fundamentais da conjuntura são os gigantes regionais Índia e China. Fica evidente, portanto, a sensibilidade da questão. A aparente negligência da comunidade internacional pode ser parcialmente justificada pelo intrincado jogo de interesses montado sobre o pequeno país himalaico e a cautela exigível no tratamento da crise para que esta não tome proporções maiores.

Pouco Estados incorporam tão bem quanto o Nepal a alcunha de *buffer State*. Em função de sua posição estratégica e de sua vulnerabilidade econômica, o Nepal historicamente se posicionou como um equilibrista entre seus vizinhos. A região é ainda foco de tensão nas relações sino-indianas, remetendo à guerra fronteiriça entre os dois países em 1962. Para a Índia, o pequeno país é considerado importante posto para a consecução da estabilidade e segurança regional. Apesar da bandeira maoísta do grupo rebelde, a China afirma não possuir laços com o grupo que denomina de “terrorista”. Os defensores da proclamação de uma República Popular do Nepal, entretanto, possuem como um dos objetivos mais caros o afastamento das relações do país com a Índia, país com o qual o Nepal possui seus laços mais íntimos, mas considerada pelos rebeldes agente do expansionismo na região e patrocinadora da decadente monarquia local. O grupo defensor da Guerra Popular possui também bases no norte da Índia, porém com estrita formação marxista-leninista. O renascimento de tais focos de tensão em outros pequenos países – caso do Reino do Butão, do Sri Lanka e de Bangladesh – justifica maiores preocupações das autoridades indianas, atentas aos movimentos do CCOMPOSA, *Coordination Committee of Maoist Parties and Organizations of South Asia*. Desde os anos iniciais da crise, a Índia tem demonstrado contrariedade em relação à assistência militar oferecida pela Bélgica, Inglaterra e Estados Unidos, por defender que essa é sua exclusiva prerrogativa e por não desejar terceiros partidos envolvidos na delicada questão regional. Atualmente, sua política tem sido mais bem coordenada com as contrapartes igualmente interessadas na estabilidade regional e no fortalecimento dos regimes democráticos na Ásia.

A política de força nos anos de Guerra Fria empreendida pelos chineses sobre a região autônoma do Tibete, área sob tutela da República Popular da China, motiva uma reação subjetiva dos países da região: um posicionamento anti-chinês. Dessa maneira, o Nepal configura duplamente um ponto estratégico: de triangulação com a Índia e de dissolução de focos hostis ao regime comunista chinês. As relações oficiais sino-nepalesas sempre possuíram contornos de cordialidade, desde o reconhecimento chinês da soberania do Nepal em 1955. Nesse sentido, a correlação lógica entre o grupo maoísta e Pequim, portanto, não se confirma; prova da condenação veemente da onda de violência no pequeno Estado vizinho e da distância tomada em relação aos rebeldes, ao considerar que o uso do nome de Mao Tse-Tung é denegrido e afeta negativamente a imagem da China. Por outro lado, coerente com seu discurso diplomático lacônico e direto, a China rejeita a participação de terceiros partidos na resolução da questão interna e se mantém aparentemente distante, sendo por isso apelidada por analistas como um “*sleeping dragon*” para temas regionais. Apesar da referida posição passiva, seria imprudente crer que a China está alheia às conseqüências de uma crise tão próxima.

O contexto atual de repúdio ao regime autocrático de Gyanendra contribuiu para um maior isolamento do Nepal. A suspensão do auxílio militar a um governo antidemocrático pode ser tomada como uma estratégia arriscada dos países ocidentais e da Índia com o intuito de forçar Gyanendra a restaurar o parlamentarismo e manter suas ações dentro das normas exigíveis pela Declaração dos Direitos Humanos. Para que tal estratégia funcione, a Índia espera que China e Paquistão não tomem passos no sentido de maior envolvimento com a questão, o que afetaria de maneira incalculável a influência indiana na região. Os temores do fechamento de um círculo indesejado ao território indiano têm lá seu fundamento. O calculado afastamento chinês é especialidade dos comunistas e os governos ocidentais temem que o país possa tomar ações mesmo que indiretas. Ademais, há acusações por parte da Índia de que agentes da ISI têm se infiltrado no país via Nepal, configurando mais um elemento de estremecimento nas relações

indo-paquistanesas. As Nações Unidas, por seu turno, já se prontificaram a coordenar a mediação para resolução do conflito, mas aguardam sinal das potências regionais.

No interior do triângulo nuclear asiático, os diplomatas devem trabalhar com a usual cautela para não reascender temas tangenciais entre nações direta e indiretamente implicadas, como a questão da Caxemira ou de limites no Tibete servindo como artifício de barganha. É curioso notar que, ao discutir a crise nepalesa, pouco se versa sobre as necessidades e a comovente situação do próprio Reino do Nepal, incrustado caprichosamente nas montanhas que separam dois gigantes asiáticos. Em suma, as questões geoestratégicas transcendem o terreno imediato e só provam que a crise no Nepal é muito mais importante do que aparenta.